

Beatriz Rosana Gonçalves de Oliveira*
 Jacó Fernando Schneider**
 Maria Lucia Frizon Rizzotto***
 Rosa Maria Rodrigues****

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados de uma experiência que teve como objetivo principal avaliar o Projeto Político Pedagógico – PPP do Curso de Enfermagem da UNIOESTE – Campus de Cascavel e pensar uma nova proposta curricular para o curso. Para isso elaborou-se um projeto de pesquisa a ser desenvolvido por todos os docentes que ministravam aulas no curso, com a participação de alunos, egressos e profissionais da rede de serviços de saúde que serve de campo para as atividades práticas e os estágios dos alunos. Os dados obtidos subsidiaram a proposta de construção do novo projeto político-pedagógico, que passou a vigorar em 2003. Além da elaboração de uma nova proposta pedagógica, definiu-se estratégias para uma avaliação continuada do processo de implantação do PPP, a ser realizada ao final de cada período letivo.

Descritores: graduação; projeto pedagógico; currículo; enfermagem

Abstract

This work presents the results of an experience which aimed primarily at the evaluation of the Political-Pedagogical Project - PPP of the nursing undergraduate program from UNIOESTE (Cascavel town Campus) and at pondering on a new curricular proposal for that program. Thus, a research project was designed to be used by all professors teaching that program, with the participation of students, former students, and professionals working on the health care delivery network, where field work can be carried out through practical activities and training periods for the students. The data gathered by them have been used as subsidies for a proposal to build a new political-pedagogical project, that was took effect in the year 2003. Besides designing a new pedagogical proposal, strategies for a continued evaluation of the PPP implantation process have been defined. This evaluation is to be performed at the end of each term.

Descriptors: graduation; pedagogical project; curriculum; nursing

Title: Evaluation and design of a political-pedagogical project for nursing undergraduate programs

Resumen

Este trabajo presenta los resultados de una experiencia cuyo objetivo principal era evaluar el Proyecto Político Pedagógico – PPP del Curso de Enfermería de la UNIOESTE – Campus de Cascavel y pensar una nueva propuesta curricular para el referido curso. Para eso se elaboró un proyecto de investigación el cual se desarrollaría con todos los docentes que ministraban clases en el curso, con la participación de alumnos, egresos y profesionales de la red de servicios de la salud que sirve de campo para las actividades prácticas de los alumnos. Los datos obtenidos sirvieron de subsidio para la propuesta de construcción del nuevo proyecto político-pedagógico, que pasó a vigorar en 2003. Además de la propuesta se definieron estrategias para una evaluación continuada del proceso de implantación del PPP, que se realizará al final de cada período lectivo.

Descripciones: graduación; proyecto pedagógico; currículo; enfermería

Título: Evaluación y construcción de un proyecto político pedagógico para la graduación en enfermería

1 Introdução

O Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - foi autorizado no ano de 1978, iniciando sua primeira turma no ano de 1979, desde então foram realizadas diversas mudanças na sua estruturação curricular. O projeto de pesquisa Resgate histórico das alterações curriculares do Curso de Enfermagem da UNIOESTE – Campus de Cascavel, 1979 – 1999, desenvolvido por uma docente do Curso, identificou várias alterações na grade curricular, que em sua maioria buscavam promover ajustes na formatação da estrutura curricular. A partir de 1990, ocorreram mudanças mais efetivas, com destaque para a implantação do regime seriado e elaboração do primeiro Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Enfermagem, que vigorou de 1995 a 2002⁽¹⁾.

No início de 1999 os professores e alunos do referido curso passaram a discutir o PPP vigente, diagnosticando a necessidade de mudanças na sua concepção, estrutura e organização. Para isso, buscou-se discutir conceitualmente todos os elementos que compõem um PPP, além dele próprio. Nesse sentido, explicitou-se a compreensão de projeto pedagógico como um instrumento orientador que busca definir de forma indissociada as diretrizes de um curso de graduação tanto em seu aspecto político como pedagógico.

Tais aspectos já se encontravam presentes no projeto

do Curso de Enfermagem em vigência, na medida em que se propunha formar enfermeiros generalistas, com visão crítica em relação ao trabalho que iriam executar a partir do seu compromisso com a transformação social.

O PPP em vigor no Curso de Enfermagem da UNIOESTE seguia a normatização do Parecer 314/94 – CFE, cujos pressupostos apontavam para a superação das dicotomias teoria/prática, básico/profissionalizante no âmbito do ensino de enfermagem, bem como sinalizava para a necessidade da inversão do modelo de assistência à saúde, preconizando um currículo mínimo para os cursos de graduação em enfermagem, com base nos seguintes parâmetros: processo de trabalho incluindo atividades terapêuticas/propedêuticas específicas, administrativas e educativas, em serviços de saúde e na comunidade; consideração das especificidades do campo de trabalho na enfermagem; formação orientada pelo perfil epidemiológico da população; acompanhamento e produção de novos conhecimentos na enfermagem oriundos das mudanças científicas e tecnológicas na área da saúde e estudo teórico emanado dos problemas práticos vivenciados. Preconizava ainda que o enfermeiro deveria atuar como integrante da equipe de saúde, e sua formação deveria contemplar conhecimentos técnico-científicos desenvolvidos num processo pedagógico voltado para o conjunto das relações

* Enfermeira. Mestre em Enfermagem Fundamental. Docente do Colegiado do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
 ** Enfermeiro. Doutor em Enfermagem. Docente do Colegiado do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
 *** Enfermeira. Doutora em Saúde Coletiva. Docente do Colegiado do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
 **** Enfermeira. Mestre em Enfermagem Fundamental. Doutoranda em Educação. Docente do Colegiado do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
 E-mail do autor: jaco@unioeste.br

sociais e produtivas na relação ensino-aprendizagem⁽²⁾.

A proposição das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN sinalizava para a necessidade de uma base filosófica, política, conceitual e metodológica, explicitando um conjunto de habilidades e competências de uma determinada área de conhecimento. Os parâmetros propostos pelas diretrizes curriculares recomendam: flexibilidade para a observação de transformações na ciência e na sociedade; formação integral que possibilite a compreensão das relações de trabalho e de alternativas sócio-políticas de transformações sociais; graduação, como etapa inicial formal, que contribua na construção da base para o permanente e necessário processo de educação continuada; incorporação no eixo fundamental do currículo de atividades complementares; articulação entre teoria e prática; predomínio da formação sobre a informação; interdisciplinaridade; incorporação da pesquisa como atividade regular, sistemática e continuada; promoção de atividades educativas de natureza científica e de extensão; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; conhecimento do mundo presente, em particular dos contextos nacionais e regionais, e a promoção da extensão aberta à participação da população⁽³⁾.

A discussão em nível nacional das diretrizes curriculares coincidiu com o início do debate em alguns cursos e instituições de ensino, como foi o caso do Curso de Enfermagem desta universidade. Quando do desencadeamento da discussão das propostas de diretrizes curriculares, o Curso de Enfermagem da UNIOESTE já havia iniciado internamente um movimento de avaliação de seu PPP. Os elementos centrais das Diretrizes Curriculares foram, em certa medida, considerados e inseridos no novo PPP, embora o processo de discussão das especificidades do curso nem sempre foram totalmente coincidentes com as concepções presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Assim, neste trabalho, apresentamos a trajetória que o curso desenvolveu para pensar e avaliar a formação por ele oferecida, iniciando por um diagnóstico da realidade de funcionamento do Curso de Enfermagem da UNIOESTE em relação a sua proposta pedagógica, no intuito de identificar os aspectos positivos existentes no Projeto Pedagógico em vigência e aqueles que apresentavam sinais de necessidade de mudança. Para isso definimos como objetivos: analisar a atual proposta pedagógica do Curso de Enfermagem da UNIOESTE; realizar um estudo de PPP de Cursos de Enfermagem de outras universidades; identificar os aspectos positivos da grade curricular em vigor e outros que necessitavam de reformulações.

2 Aspectos metodológicos

Quando se pensou em avaliar o PPP, a idéia foi colocada em discussão no Colegiado de Curso, que deu os primeiros encaminhamentos, realizando no ano de 2000 a primeira atividade nesse sentido, que foi o evento intitulado: Projeto Político Pedagógico do Curso de Enfermagem: impasses e perspectivas, que tinha como principal objetivo fundamentar com discussões teóricas o processo de avaliação que se pretendia iniciar.

Além desse evento, realizou-se um seminário, no início de 2001, com a presença da Presidenta da Comissão de Especialistas em Enfermagem do MEC – que apresentou e discutiu as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Enfermagem no Brasil.

Para a continuidade do processo, resolveu-se elaborar um projeto de pesquisa intitulado Diagnóstico do Projeto Político Pedagógico do Curso de Enfermagem da UNIOESTE. Neste projeto, participaram todos os docentes do curso em atividade naquele período, perfazendo um total de 27 professores, que dispunham de um período letivo semanal destinado à esta atividade.

Iniciaram-se as atividades do grupo com a leitura e discussão coletiva da proposta das Diretrizes Curriculares para a Enfermagem, que contribuiu para as reflexões do grupo acerca das mudanças que pretendia implementar. Decidiu-se, ainda, pela leitura de alguns documentos considerados essenciais para a reconstrução/construção do PPP, tais como: a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Saúde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96, Plano Nacional de Educação – Lei 10171 de 09 de janeiro de 2001, além de outros documentos que tratavam da formação acadêmica.

Para o desenvolvimento do projeto propriamente dito, formaram-se dois grupos de trabalho com atividades distintas, a saber: um grupo responsabilizou-se pela revisão teórica dos conceitos que perpassam o Curso de Enfermagem e que norteavam a sua prática, e o outro grupo teve como atribuição elaborar um diagnóstico a partir da aplicação de diferentes instrumentos de coleta de dados junto aos acadêmicos, docentes, egressos do curso e profissionais da rede que serve de campo para as atividades práticas e estágio dos alunos do curso. Os dados foram sistematizados e analisados a partir de uma abordagem quali-quantitativa e apresentados posteriormente.

Paralelamente às atividades dos grupos menores, que ocorria semanalmente, o grande grupo composto por todos os docentes reunia-se, mensalmente, a fim de discutir e informar os resultados alcançados e dar os encaminhamentos necessários à continuidade do trabalho.

Os conceitos basilares do novo PPP e os resultados da pesquisa empírica foram apresentados em seminário promovido para este fim, envolvendo toda a comunidade acadêmica vinculada ao curso.

A partir desse diagnóstico, foram compostos cinco grupos de trabalho, divididos em áreas de conhecimento, que deveriam discutir, analisar e propor mudanças na área e nas disciplinas que a compunham, incluindo ementa, objetivos e conteúdo programático. As cinco áreas definidas inicialmente foram: Biológica; Assistência de Enfermagem, incluindo a Saúde Coletiva, que posteriormente apresentou uma proposta em separado; área Social e de Ensino; Enfermagem Fundamental e Administração em Enfermagem.

Ao final dos estudos de cada área, as propostas eram apresentadas e discutidas no grande grupo, que sugeria e propunha mudanças de acordo com os pressupostos teóricos já definidos para o Curso.

3 Resultados alcançados

A partir das discussões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Enfermagem, o grupo deteve-se na elaboração dos pressupostos teóricos, objetivos e perfil profissional. Nesse momento, tínhamos dúvida em relação a como proceder, ou seja, se apenas seriam discutidos os conceitos implícitos no atual PPP, ou se era necessário uma explicitação desses conceitos que teoricamente já embasavam a nossa prática acadêmica. De início, o grupo entendeu que não seria necessária a explicitação de cada conceito, decisão que foi modificada, posteriormente, na medida em que se compreendeu que essa explicitação contribuiria para uma maior homogeneidade de interpretação e a própria possibilidade de retomada, desses conceitos, quando da avaliação da implementação do novo PPP.

Os conceitos foram elaborados e posteriormente apresentados em reuniões ampliadas. Nessas reuniões as formulações eram submetidas à apreciação do grupo, que as discutiam e propunham mudanças até que se chegasse a uma definição consensuada.

Os conceitos balisadores para a prática acadêmica no âmbito do Curso de Enfermagem da UNIOESTE foram definidos a partir de alguns pressupostos que passaram a compor o

novo PPP, os quais transcrevemos a seguir tal como se encontram na formulação final do PPP do Curso.

Compreendemos que um dos fins da universidade, fundamentalmente das universidades públicas, é a formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos por meio da pesquisa científica, para atender as necessidades da sociedade onde está inserida, ao mesmo tempo em que contribui para sua transformação. Considerando que a atual Constituição Federal prevê um modelo assistencial caracterizado pelo Sistema Único de Saúde, nos seus princípios e diretrizes, acreditamos ser de responsabilidade do Curso de Enfermagem da UNIOESTE, contribuir com a formação de profissionais segundo as perspectivas deste sistema de saúde.

Considerando a Constituição Federal de 1988, art. 196 em que se definiu que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”, cabe recuperar o conceito de saúde-doença expresso na Legislação vigente e incorporá-lo como pressuposto na construção do PPP do Curso.

Complementar a este princípio constitucional, a Lei Federal 8080/90 em seu art. 2º, Parágrafo 3º afirma que “a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais: os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país”.

A partir desses pressupostos, compreende-se que a saúde do indivíduo ou população tem estreita vinculação com o mundo onde vive, sendo a síntese de valores, recursos e condições de vida. A forma como se organiza a sociedade, o contexto sócio-histórico e as políticas públicas vigentes, associados aos fatores biológicos e culturais, compõem o quadro necessário para discutir o processo saúde-doença.

Portanto, saúde-doença não podem ser discutidos como conceitos dicotômicos e/ou estanques, mas como um processo inerente à vida, resultante de seus determinantes e condicionantes. Os diferentes níveis de saúde existentes no país revelam as diferenças sócio-culturais e econômicas existentes entre a população brasileira. As condições de saúde-doença estão intimamente ligadas à maneira como o homem produz seus meios de vida, por meio do trabalho, e satisfaz suas necessidades, pelo consumo, ou seja, a saúde de uma população depende da qualidade e do acesso ao consumo de certos bens e serviços.

Em nossa compreensão, o homem é um ser histórico-social que sente, pensa, elabora concepções e planos que concretiza, avalia e aperfeiçoa, transforma a natureza, em que desenvolve sua sociabilidade, sua espécie e sua dimensão coletiva; cria a linguagem, símbolos e instrumentos com os quais reproduz relações sociais, transforma e repassa cultura. Assim, configura a dimensão individual na sociedade, contribuindo para a construção da dimensão coletiva viabilizando-a na medida em que produz bens materiais, desenvolve relações de produção e evidencia o fator econômico como determinante de seu modo de organização. São os homens que, interagindo entre si, recompõem a sociedade e os processos sociais por meio das relações sociais vigentes.

O trabalho é a atividade humana intencional, pelo qual o homem, por meio de instrumentos, transforma a natureza para satisfazer as suas condições de existência e nesse processo transforma a si mesmo. O trabalho se constitui na base de toda a vida social. É uma interação da pessoa que trabalha com um mundo social de tal modo que os elementos desse último são conscientemente modificados e com um propósito. É o modo como o homem produz e reproduz sua existência, sendo historicamente determinado por meio da produção de bens e

serviços. A inserção da categoria trabalho faz-se necessária, dado nosso entendimento de que o enfermeiro é um trabalhador e essa compreensão é importante no processo de formação.

O processo de trabalho, por sua vez configura-se na atuação do homem sobre um determinado objeto, tendo em mente uma finalidade pré-determinada e utilizando-se para isso de instrumentos tais que permitam modificar esse objeto conforme suas necessidades.

O Processo de Trabalho em Saúde no sistema capitalista organiza-se em dois modelos principais: o modelo epidemiológico, caracterizado pela apreensão do objeto de trabalho em sua dimensão coletiva, expresso por meio das práticas sanitárias de prevenção e controle de doenças de intervenções sobre os grupos populacionais com base no conceito de risco. E o modelo clínico, cuja concepção do objeto é o corpo biológico, expressa na atenção voltada ao indivíduo e ao atendimento de suas necessidades. Portanto, práticas de saúde coletiva e práticas de assistência médica individual são duas formas de organização tecnológica do trabalho.

No setor saúde ainda é predominante o modelo individual/clínico, cuja organização está baseada na divisão social e técnica do trabalho tendo como objeto o indivíduo doente e sua recuperação para o mercado de trabalho⁽⁴⁾.

A formação no Curso de Enfermagem da UNIOESTE busca superar a dicotomia existente entre a clínica e a epidemiologia, a partir da incorporação das duas dimensões, por entendermos que ambas são fundamentais para o enfrentamento das diferentes formas de adoecimento da população.

No que diz respeito ao processo de trabalho em enfermagem entende-se que a enfermagem é uma profissão com um estatuto socialmente reconhecido e formalmente legalizado, e como tal deve constituir-se dos critérios de universalidade, racionalidade, autoridade e competência no seu campo do saber. A função peculiar da enfermagem é prestar assistência ao indivíduo sadio ou doente, família ou comunidade, no desempenho de atividades para promover, manter ou recuperar a saúde⁽⁵⁾.

A enfermagem é uma ação ou atividade que utiliza de um saber advindo de outras ciências e de uma síntese produzida por ela própria para apreender o objeto da saúde naquilo que diz respeito a sua atividade específica, o cuidado de enfermagem, visando atender às necessidades biológicas, psicológicas e sociais, ou seja, a promoção da saúde, a prevenção de doenças, a recuperação do ser humano e a saúde da população⁽⁵⁾.

Para tanto, é necessário considerar o enfermeiro como o agente do processo de trabalho em saúde, com formação generalista e atuação crítica e reflexiva, com competência técnica, científica e política, baseada em princípios éticos. Entende-se por ética a atitude reflexiva diante das situações que a prática profissional lhe apresenta, auxiliando na tomada de decisão frente às mesmas, e não apenas a normatização de deveres e direitos ou regras de comportamento profissional. Sendo este profissional, capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações da saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões e os seus determinantes do processo saúde/doença.

A preocupação com a humanização da assistência de enfermagem não se restringe à atenção individual do profissional, mas integra uma cultura de melhoria da qualidade do atendimento aos usuários, expressa pelo aperfeiçoamento da gestão dos serviços de saúde, melhoria da infra-estrutura das instituições e fortalecimento do compromisso da equipe de profissionais. O conceito de humanização deve ser pautado pelo respeito, pela solidariedade e pelo desenvolvimento da autonomia e da cidadania dos profissionais e usuários envolvidos. Assim, humanizar em saúde é resgatar o respeito à

vida humana, levando-se em conta as circunstâncias sociais, éticas, educacionais e psíquicas presentes em todo relacionamento humano. É resgatar a importância dos aspectos emocionais, indissociáveis dos aspectos físicos na intervenção em saúde⁽⁶⁾.

A enfermagem brasileira, nas décadas de 80 e 90 do século XX, passou por um processo de profundos questionamentos de sua prática. Um dos desdobramentos foi a compreensão da enfermagem enquanto prática social - trabalho, que acontece em uma sociedade concreta, sendo exercida por um grupo profissional, na sua maioria constituído por mulheres, que por meio desse trabalho se reproduzem.

Outra questão importante a ser recuperada, neste momento, foi a tomada de consciência da categoria da necessidade de se repensar os encaminhamentos dados à formação do profissional enfermeiro até então. Assim, no ano de 1994, após, pelo menos seis anos de discussões, a categoria conseguiu aprovar um documento que fixava os mínimos conteúdos para a formação do profissional enfermeiro em âmbito nacional – o Parecer 314/94 e a Portaria 1721/94, versando sobre os Currículos Mínimos para os cursos de graduação em enfermagem. Este Parecer, em sua justificativa, alertava para os problemas que incorriam na formação do enfermeiro como, por exemplo, a formação pautada no modelo biomédico, voltada quase que exclusivamente para o espaço hospitalar, as falsas especializações e a dissociação entre teoria e prática.

Para superar esta situação propôs-se que a formação do enfermeiro fosse implementada visando à constituição de um profissional generalista. O Curso de Enfermagem da UNIOESTE/Cascavel, nesse momento elaborou, pela primeira vez, o seu PPP, tendo como suporte essa legislação.

Nesse sentido, a proposta buscou superar a centralização do ensino no espaço hospitalar/curativo, bem como a dicotomia entre teoria e prática. Hoje, sentimos que o esforço feito foi muito importante e que conseguimos alcançar esses objetivos. Por termos construído um projeto político pedagógico entendemos que se abriu a possibilidade para a reflexão e a avaliação fazer parte do nosso cotidiano.

Pensamos que as transformações ocorridas na sociedade brasileira, nas últimas décadas, particularmente no que se refere ao campo da saúde, implicam em mudanças nas diferentes instituições envolvidas com a formação e com a assistência à saúde. Tais mudanças nos levam a reavaliar permanentemente o processo de formação.

Nesse sentido, o Curso de Enfermagem da UNIOESTE, agente integrante da sociedade em transformação, no que se refere ao campo da saúde, pretende constantemente refletir e reavaliar o seu PPP por meio de discussões permanentes, buscando readaptar-se às exigências da sociedade e das mudanças da população referente ao processo saúde-doença.

Na formação do Enfermeiro, acreditamos que o processo educativo formal é um ato intencional e orientado por objetivos a serem alcançados, portanto não é um ato neutro. Assim, o processo de ensino-aprendizagem, que se desenvolve na instituição escolar, consiste na assimilação ativa de conhecimentos e experiências acumulados historicamente pela humanidade frente às exigências do contexto social, político e econômico⁽⁷⁾. Desse modo, o ensino-aprendizagem exige uma direção por parte do professor, visando a assimilação ativa e crítica dos conteúdos por parte dos alunos.

O processo de formação do enfermeiro deverá estar adequado às transformações da profissão, aos avanços relacionados com a área da saúde, ao ensino, com as demandas do mercado de trabalho e, principalmente, com as necessidades de saúde da população, considerando o perfil demográfico e epidemiológico nacional e regional.

Assim, conforme o PPP, o conhecimento transmitido em nível teórico, deve emanar dos problemas práticos sociais

vivenciados pelos alunos e que são parte dos problemas de saúde da população. Portanto, a reflexão teórica, tem como ponto de partida a realidade, deve retornar a esta realidade, com a intenção de transformá-la, tendo como perspectiva a busca da unidade da relação teoria e prática.

A formação acadêmica no âmbito do Curso de Enfermagem da UNIOESTE deverá se fundamentar no seu PPP, nas discussões nacionais da enfermagem acerca da formação do profissional enfermeiro indicadas nas diretrizes curriculares, as quais deverão nortear a forma de implementação do ensino, da pesquisa e da extensão deste curso. Para isso, adotamos como princípios que:

- a) O processo de trabalho em enfermagem inclui atividades de natureza propedêutica e terapêutica específicas, administrativas e educativas, tanto nos serviços de saúde, como na comunidade;
- b) O campo de trabalho da enfermagem apresenta especificidades e vários níveis de complexidade, o que demanda a participação de profissionais com graus diferenciados de formação, sendo o enfermeiro considerado o coordenador da equipe de enfermagem;
- c) O trabalho em saúde é por princípio, coletivo e interdependente sendo que o enfermeiro desenvolve atividades próprias, que podem ser de natureza dependente, independente e interdependente. Para tanto, é necessário que sua formação o capacite a apreender esta complexidade do trabalho em saúde;
- d) A formação do enfermeiro, na graduação e na pós-graduação deve estar orientada e continuamente ser reorientada pelo quadro sanitário presente em nível nacional e regional explicitado pelo perfil epidemiológico da população;
- e) A inserção do acadêmico na realidade de saúde deverá ocorrer por meio do conhecimento teórico, do desenvolvimento de Atividades Práticas Supervisionadas e de Estágio Curricular Supervisionado nos diferentes campos de atuação do profissional enfermeiro;
- f) As descobertas e avanços científicos e tecnológicos na área de saúde requerem um acompanhamento e a produção de novos conhecimentos também no campo da enfermagem. Sendo assim, é fundamental a constante busca de aperfeiçoamento e incorporação dos novos conhecimentos específicos da área bem como aqueles produzidos em áreas afins. Neste sentido, a contínua qualificação docente torna-se fundamental para a formação do enfermeiro;
- g) A formação na graduação deve contemplar os principais campos de atuação da enfermagem, a saúde coletiva, a assistência hospitalar e o ensino de forma semelhante e sem predominância de um em detrimento de outro.

A partir disso definiu-se como objetivos do Curso de Enfermagem da UNIOESTE:

- a) Formar enfermeiros generalistas que compreendam o homem como um ser em constante interação com o meio ambiente tendo em vista sua complexidade biológico-psicológico-social-espiritual, implementando medidas que atendam às necessidades de saúde do ser humano, considerando o perfil epidemiológico da população;
- b) Formar enfermeiros motivados a interferir nos problemas de saúde da população, considerando os fatores: sócio, econômico, político e cultural que influenciam o processo saúde/doença;
- c) Promover e desenvolver projetos de extensão e pesquisa com a participação de alunos visando contribuir para a ampliação do atendimento público à população em todas as esferas de atenção;
- d) Formar profissionais capacitados a atuar no processo de

trabalho em enfermagem e em saúde, em todos em âmbitos de atuação profissional;

- e) Instrumentalizar os enfermeiros para as ações pedagógicas em cursos de educação básica, educação profissional em enfermagem e educação continuada para os membros da equipe de enfermagem e nas ações educativas junto à população.
- f) Instrumentalizar os alunos para desenvolver atividades de iniciação científica;

O novo PPP, construído coletivamente, ficou assim constituído:

1º ano

Anatomia Humana – Anual (136 h/a)
 Embriologia e Histologia – Sem. (68 h/a)
 Imunologia – Sem. (51 h/a)
 Biologia Celular- Sem. (68 h/a)
 Fundamentos de Filosofia Aplicados à Enfermagem - Sem. (51 h/a)
 Psicologia Aplicada à Enfermagem – Sem. (68 h/a)
 Metodologia Científica – Sem. (51 h/a)
 Política Educacional Brasileira - Sem (51 h/a)
 Saúde, Trabalho e Ambiente – Anual (102 h/a)
 Sociologia – Sem. (51 h/a)
 Exercício da Enfermagem – Sem. (68 h/a)
 Enfermagem Fundamental I – Anual (136 h/a)
 Políticas de Saúde e Prática Assistencial em Saúde Coletiva – Anual (102 h/a)
 Didática Geral – Sem. (68 h/a)

2º ano

Fisiologia Humana e Biofísica– Anual (170 h/a)
 Bioquímica – Sem. (68 h/a)
 Farmacologia – Sem. (68 h/a)
 Patologia Geral – Sem. (68 h/a)
 Microbiologia – Sem. (85 h/a)
 Parasitologia – Sem. (68 h/a)
 Genética Humana – Sem. (51 h/a)
 Psicologia da Educação – Sem. (51 h/a)
 Saúde Mental e Processo Grupal – Sem. (68 h/a)
 Enfermagem Fundamental II – Anual (238h/a)
 Sistematização da Assistência de Enfermagem - Sem. (68 h/a)
 Epidemiologia e Vigilância em Saúde – Anual (102 h/a)
 Bioestatística sem (68 h/a)

3º ano

Enf. em clínica Médico Cirúrgica - Anual (204 h/a)
 Enfermagem Perioperatória –Anual (136 h/a)
 Enfermagem em Psiquiatria e em Saúde Mental – Anual (136 h/a)
 Enfermagem em Puericultura, Criança e Adolescente Sadios e Criança e Adolescente Hospitalizados – Anual (221 h/a)
 Administração de Enfermagem – Anual (102 h/a)
 Enfermagem em Saúde Coletiva – Anual (119 h/a)
 Didática Aplicada à Enfermagem – Sem (68 h/a)
 Prática de Ensino I – Anual (136 h/a)
 Nutrição e Dietética Aplicada à Enfermagem – Sem. (51 h/a)

4º ano

Prática de Ensino II – Anual (264 h/a)
 Enfermagem em Ginecologia e Obstetrícia - Anual (221 h/a)
 A Enfermagem e o Paciente Crítico – Anual (119 h/a)
 Administração de Enfermagem em Instituições de Saúde – Anual (204 h/a)
 Metodologia da Pesquisa em Saúde – Sem. (51 h/a)

5º ano

Estágio Curricular Supervisionado – Anual (880 h/a)
 Trabalho de Conclusão de Curso – Anual (34 h/a)

4 Considerações finais

Ao final do processo é possível afirmar que no antigo PPP do curso, existiam muitos aspectos positivos que foram mantidos, como a proposta de formação generalista, os conceitos que norteavam a formação, a formação do bacharel e do licenciado em enfermagem na mesma grade curricular, a inserção do aluno na prática profissional desde o primeiro ano de ingresso no curso, entre outros. Os aspectos que necessitavam de reformulação diziam respeito a orientações das diretrizes curriculares e demandas reveladas pelo diagnóstico realizado, que incluíam alterações de carga horária de disciplinas, desmembramento de disciplinas, inclusão de novas disciplinas, ampliação de carga horária para atividades complementares ao currículo, inserção do estágio curricular nos dois últimos semestres do curso, ampliação da carga horária e da duração do curso para cinco anos, entre outros.

O Projeto de avaliação do PPP foi uma atividade proposta e construída por todos os docentes. Isso ganha maior importância na medida em que compromete as pessoas com o processo e com o produto do trabalho, para tanto, foi destinada carga horária semanal a todos os docentes do curso. No entanto, há que se ressaltar que nem todos os envolvidos buscaram comprometer-se com o processo na mesma intensidade, apesar do consenso de que a transformação na formação passa necessariamente pela transformação do projeto político pedagógico do curso, sendo construído a partir das condições objetivas e subjetivas dos atores envolvidos.

Agradecimentos: Além dos autores do texto, participaram desse processo os seguintes docentes: Claudia S. Viera; Débora C. I. Alves; Elizabeth Braz; Elizabeth M. Lazzarotto; Gessi M. Cardoso; Guerti S. Berto; Lili M. Hofstatter; Lorena M. G. Gemelli; Luciana M. Fernandes; Luiz F. Reis; Márcia R. S. B. Mendes; Maristela S. Maraschin; Marister Picolli; Marlei F. C. Fiewski; Nelsi S. Tonini; Neusa Collet; Patrícia R. Mateus; Ronaldo Luiz Barbosa; Sebastião Caldeira; Solange de F. R. Conterno; Solânia Durman; Terezinha A. Dias; Vanda M. P. Scopel.

Referências

- Rodrigues RM, Pereira RCF. Resgate histórico das alterações curriculares do Curso de Enfermagem da UNIOESTE, Campus de Cascavel 1979-1999. Cascavel (PR): UNIOESTE; 2000.
- Santos EF. Legislação em enfermagem: atos normativos do exercício e do ensino de enfermagem. São Paulo: Atheneu; 1997. p. 241-47.
- Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Assistência à Saúde. Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar. Brasília; 2001.
- Gonçalves RBM. Tecnologia e organização social das políticas de saúde: características tecnológicas de processo de trabalho na rede estadual de centros de saúde de São Paulo. São Paulo: HUCITEC-ABRASCO; 1994.
- Almeida MCP, Rocha SMM, organizadores. O trabalho de enfermagem. São Paulo: Cortez; 1997.
- Conselho Nacional de Educação (BR). Câmara de Educação Superior. Resolução nº 3 de 07 de novembro de 2001: diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem. Brasília (DF); 2001.
- Libâneo JC. Didática. São Paulo: Cortez; 1994.

Data de recebimento: 28/08/2003

Data de aprovação: 30/10/2003